



Antonio Carlos Magalhães reuniu líderes partidários no Senado e na Câmara e acertou estratégia para apreciar matérias pendentes

ACM prevê solução para MPs no 1º semestre

O senador Antonio Carlos Magalhães previu ontem que o Congresso vai votar as novas regras para edição e apreciação de medidas provisórias ainda no primeiro semestre. Ele fez o anúncio depois de se reunir com os líderes partidários no Senado e na Câmara dos Deputados para definir medidas com vistas a acelerar a apreciação de matérias da pauta. Ontem, o senador José Fogaça explicou os principais pontos de seu substitutivo à proposta sobre medidas provisórias.

Página 4

CPI adota medidas para acelerar investigações

Comissão quebra sigilo telefônico de depoentes, aprova acareação e cria três subcomissões para colaborar com o trabalho do relator

Tuma irá a Nova York tentar o bloqueio de conta

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou ontem à CPI que o juiz João Carlos Rocha Matos, da 4ª Vara da Justiça Federal, emitiu carta rogatória pedindo a apreensão dos recursos depositados por Wagner Baptista Ramos numa agência nova-iorquina do banco Merrill Lynch.



Romeu Tuma

Tuma foi designado pelo presidente da CPI, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), para ir a Nova York fazer os contatos necessários com as autoridades americanas e garantir o bloqueio preventivo de R\$ 1,04 milhão depositado pelo ex-coordenador da Dívida Pública da prefeitura de São Paulo.

Três subcomissões temáticas vão colaborar com o trabalho do relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião. A decisão foi tomada ontem pela comissão, que aprovou também uma acareação entre depoentes e a quebra de sigilo telefônico de dois ex-funcionários da Secretaria da Fazenda da prefeitura de São Paulo. Dirigentes de distribuidoras de títulos e valores mobiliários serão convocados a depor. Página 3

Senado vai cobrar por serviços prestados a terceiros

A Mesa do Senado aprovou ontem proposta do seu presidente, senador Antonio Carlos Magalhães, estabelecendo a cobrança de uma taxa proporcional ao espaço físico ocupado nas dependências da Casa por terceiros, com a finalidade de cobrir os custos

de manutenção. Atualmente funcionam no prédio do Senado agências bancárias, assessorias parlamentares do governo federal e do Distrito Federal e instituições vinculadas a partidos políticos.

Também as pessoas que solicitarem cópias de livros e do-

cumentos à Biblioteca do Senado vão pagar pelo serviço. Os avulsos de projetos e as cópias de consultas a respeito da tramitação de matérias legislativas terão os seus custos igualmente cobrados, à semelhança do que fazem outros órgãos.

A medida faz parte do con-

junto de decisões destinadas ao corte de gastos desnecessários, e será assinada hoje, dia 7, por Antonio Carlos, durante visita que realizará à Secretaria de Editoração e Publicação, às 11h. Um pouco antes, às 10h, ACM vai visitar o Prodasen.

Távola evitará Chirac por causa de explosões nucleares francesas

Senador anuncia sua disposição de não participar de qualquer solenidade no Brasil com a presença do presidente da França

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) anunciou ontem que não participará de qualquer evento em que o presidente da França, Jacques Chirac, esteja presente na sua próxima viagem ao Brasil.



Artur da Távola

- Essa visita é importante do ponto de vista das relações dos dois países. No plano pessoal, no entanto, me causa mal-estar a presença de Chirac no Brasil, porque ele é um nome

ligado à corrida atômica. Ele retomou as experiências nucleares da França - afirmou.

Artur da Távola disse que os danos ambientais ao atol de Mururoa, no Pacífico, onde a França fez várias explosões atômicas assim que Jacques Chirac assumiu a Presidência, "são de tal ordem que só em 100 a 200 anos serão recuperados".

- São danos ambientais muito

graves, no fundo do mar, com consequências que não se sabe quais são e que não estão sob controle, como as autoridades francesas disseram e autoridades de outros países contestaram - frisou.

O senador carioca disse que pertence à geração formada pela cultura francesa, por essa razão não podia evitar seu protesto pessoal diante de quem coloca "a questão da guerra nuclear como argumento adiante de seus passos".

Suplicy retoma debate sobre o social

O senador Eduardo Suplicy (PT-SF) disse ontem que o debate sobre a distribuição de renda e da riqueza no Brasil precisa ser retomado com maior cuidado e profundidade. Ele afirmou que tanto o governo como a oposição têm apresentado avaliações "parciais e, portanto, insatisfatórias do impacto do Plano Real sobre a distribuição da renda e o bem-estar dos mais pobres".

Suplicy reconheceu que os partidos de esquerda demoram demais a perceber a im-

portância política e social da estabilização monetária para a sociedade. Ele lembrou que o PT pagou um preço elevado por essa demora, nas eleições presidenciais de 1994. Mas afirmou que o governo federal tem exagerado em suas análises sobre os efeitos sociais da estabilização.

Isso, a seu ver, tem contribuído para criar um sentimento de complacência, na sociedade e



Eduardo Suplicy

nos meios políticos, acerca da urgência e gravidade do problema social brasileiro. Essa atitude favorece a inércia que, conforme Suplicy, tem sido o comportamento do atual governo.

Suplicy destacou que, além de não ter como justificar a indiferença e a inércia de seu governo, o presidente FHC não fez o suficiente para estar condizente com suas próprias palavras sobre a política social.

CPI DOS PRECATÓRIOS



Roberto Requião Requião recebe informações do Bradesco

O relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR), informou ontem que o presidente do Bradesco, Lázaro Brandão, telefonou-lhe para garantir que cheque do Banco Dimensão, em favor da Perfil, no valor de R\$ 9 milhões 756 mil foi compensado regularmente e não pago em espécie.

Conforme Gérson Martins, da corretora Perfil, quase todos os cheques do Banco Dimensão foram descontados pela Perfil no Banco do Estado do Paraná (Banestado) e no Banco de Rondônia (Beron). Apenas um deles, em mãos de Fausto Solano Pereira, do Banco Boa Safra, teria sido descontado *cash* numa agência paulistana do Bradesco, o que seria completamente irregular.

Requião também assegurou que "a CPI vai até o fim" e que os senadores estão trabalhando em conjunto com a Receita Federal, o Banco Central, a Polícia Federal e o Ministério Público. Ele disse que tentativas de desqualificá-lo como relator "são pífias", principalmente as originadas "do Palácio do Iguçu".

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Visita ao Prodasen

11h - Visita à Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (11.03.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: Apreciação das seguintes matérias: *PLS nº 45/96, que acrescenta ao art. 161 do Código Penal parágrafo 4º; *PLS nº 78/96, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor; *PDL nº 114/96, que declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração S.A.; e *PDL nº 1/97, que susta os efeitos da aprovação do

presidente da República à Nota CunJur/Minfra nº 0024-92, através da Exposição de Motivos nº 0019/92, do ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24.03.92.

CONGRESSO NACIONAL

10h45 - Sessão Solene

Pauta: Homenagem ao presidente da França, Jacques Chirac.

Quarta-feira (12.03.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: Apreciação das *PECs nºs 1, 4, 11 e 20/95 (tratam em conjunto), que tratam da adoção de medidas provisórias.

COMISSÕES

Quarta-feira (12.03.97)

17h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Deliberação sobre as audiências nos estados e definição dos próximos depoentes. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

19h - Comemoração do Dia do Bibliotecário. Auditorio Petrólio Portella

CPI DOS PRECATÓRIOS

Criadas três subcomissões para acelerar investigação

Também será feita acareação entre os donos da corretora Split e da IBF Factoring. Diretores das distribuidoras Contrato e Paper vão depor

A CPI dos Precatórios aprovou ontem a criação de subcomissões temáticas provisórias para colaborar com os trabalhos do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR). A iniciativa foi da senadora Emília Fernandes (PTB-RS), que integrará, juntamente com o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), subcomissão encarregada de consolidar listagem de dados sobre o valor de colocação no mercado de títulos públicos destinados a pagamento de precatórios, os deságios praticados nas operações de intermediação e os detentores finais.

Outra subcomissão se dedicará à realização de diligências e atuará sob o comando do senador Romeu Tuma (PFL-SP). Os dados resultantes da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de pessoas e instituições deverão ser objeto de



Cabral preside a reunião em que depôs Enrico Picciotto (à direita)

uma terceira subcomissão.

A CPI aprovou também, a pedido do relator, a realização de acareação entre o dono da corretora Split, Enrico Picciotto, e Ibrahim Borges Filho, da IBF Factoring, mais três ex-funcionários da Split: uma secretária, Dalva Gonçalves, e dois boys, Alex Sandro e Sandro Luís.

A CPI decidiu quebrar o sigilo telefônico de dois ex-funcionários da Secretaria da Fa-

zenda da prefeitura de São Paulo, Wagner Baptista Ramos e Pedro Neiva Filho, e de Victor Hugo Isoldi Mello de Castanho.

Os diretores das distribuidoras de títulos e valores mobiliários Contrato e Paper serão convocados a depor, assim como João Maury Harger Filho, gerente da agência paulistana do Beron, e o gerente do Banco Mercantil do Brasil.

Depoimento de Picciotto descontenta senadores

O diretor da corretora Split, Enrico Picciotto, contestou ontem declarações do diretor da IBF Factoring, Ibrahim Borges Filho, e os depoimentos de dois boys da Split, apresentados à Polícia Federal. Após quatro horas de "silêncios e sorrisos irônicos" por parte do depoente, na opinião do senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CPI decidiu fazer uma acareação entre eles, e que deverá contar também com a presença de uma ex-secretária da Split, Dalva.

Para o relator, o depoimento de ontem foi uma "encenação cínica". O diretor da Split foi acompanhado por seu advogado, José Roberto Batochio, ex-presidente da OAB.

Segundo Picciotto, a Split e a IBF nunca tiveram qualquer relacionamento além da compra e venda de títulos públicos dos estados de Pernambuco e Alagoas e das prefeituras de Osasco e São Paulo, realizadas por operadores no mercado. Sobre Ibrahim Borges Filho, que admitiu à CPI que a IBF era uma empresa "laranja" da Split, Picciotto disse não conhecê-lo e nunca tê-lo visto. Ele informou saber que Ibrahim ia muito à Split, mas para utilizar os serviços dos boys da empresa fora de horário comercial.

Para o senador Jäder Barbalho (PMDB-PA), um dos dois - Ibrahim ou Picciotto - estava mentindo.

Diretores de duas corretoras acusam Negocial e Wagner

Em depoimento à CPI dos Precatórios, quarta-feira à noite, Sérgio Mounib Derneka, sócio da SMTJ Assessoria Empresarial Ltda., disse que o dono da corretora Negocial, Fábio Pazzanesi Filho, ofereceu-lhe R\$ 1 milhão para que ele sáfise do país e não depusesse na comissão. Caso decidisse depor, poderia ganhar R\$ 50 mil se não revelasse nada. O depoimento foi feito em sessão secreta. Segundo o advogado de Derneka, Antônio Carlos de Carvalho Pinto, o depoente sofreu duas ameaças de morte por telefone.

Derneka revelou à CPI que passou de apontador de mão-de-obra na construção civil a sócio da SMTJ por intermédio de João Maury Harger Filho, gerente do Banco de Rondônia em que movimentava seu salário de R\$ 600,00. Segundo disse, o gerente foi aumentando o crédito de Derneka até que este, endividado, recebeu a oferta de abrir uma empresa como forma de saldar a dívida. Orientado pela Negocial, Derneka admitiu ter assinado cheques num valor total próximo a R\$ 10 milhões.

A reunião da CPI iniciou-se às 18h de quarta-feira e, até as 2 da madrugada de ontem, ouviu também os depoimentos de dois diretores da corretora Perfil, Gérson Martins e Luís Calábria. Ambos asseguraram que R\$ 111 milhões em operações com títulos públicos realizadas pela corretora foram de fachada, em negócio arranjado por Fábio Pazzanesi Filho, da Negocial. Segundo Calábria, a Negocial intermediava operações para Wagner Baptista Ramos. O mesmo Wagner, após ter comparecido à CPI, teria enviado funcionário do Banco Votorantim à Perfil oferecendo R\$ 500 mil para instalar um computador na corretora.

Segundo Suplicy, recursos foram usados em obras

O presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), recebeu ontem quatro documentos que, segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), demonstram que "o ex-prefeito Paulo Maluf utilizou-se da emissão de títulos para pagamento de precatórios para arrecadar recursos que foram aplicados em obras".

Suplicy reuniu três ofícios e uma página do *Diário Oficial* do município de São Paulo de 27 de maio de 1993.

ACM prevê para breve fim do abuso na reedição de MPs

E anuncia que ainda neste semestre Congresso vai votar substitutivo de José Fogaça ao projeto que regulamenta medidas provisórias

O senador Antonio Carlos Magalhães anunciou ontem que o Congresso vai votar nova regulamentação das medidas provisórias ainda no primeiro semestre, "acabando assim com o abuso das reedições". A matéria entrará em pauta já na primeira sessão conjunta que o Congresso vai realizar este ano, prevista para a próxima quarta-feira, dia 12.

Antonio Carlos Magalhães disse que o substitutivo do senador José Fogaça ao projeto de regulamentação das MPs

deverá receber emendas, possivelmente para incluir sugestões apresentadas na proposta do deputado Aluísio Nunes Ferreira.

O presidente do Congresso recebeu à tarde, em seu gabinete, todos os líderes partidários no Senado e na Câmara, tendo ficado acertado reunir o Congresso nas quartas-feiras. Segundo o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, haverá reunião pelo menos a cada quinze dias, e elas terão efei-

tos administrativos, isto é, serão utilizadas para a contagem da presença dos parlamentares naquele dia.

Antonio Carlos disse estar certo de que a medida terá êxito, e esclareceu que serão realizadas tantas sessões quantas necessárias à desobstrução da pauta. Nova reunião de líderes foi marcada para terça-feira, às 11h, na qual será fechada a ordem do dia da sessão do Congresso do dia seguinte, com a perspectiva de votação das matérias de consenso.



José Fogaça

Fogaça diz que substitutivo vai resolver questão

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou ontem que o substitutivo por ele apresentado ao projeto sobre medidas provisórias "pode virar de cabeça para baixo" o processo de reedição desse instrumento. Ele informou que sua proposta não impede a reapresentação de medidas provisórias, mas visa reduzir para 5% o total de MPs em vigor.

A proposição de Fogaça amplia de 30 para 60 dias a vigência de medida provisória, e estabelece que o presidente deverá comunicar ao Congresso, com antecedência de 48 horas, a edição de MP.

Determina ainda a criação de uma comissão mista permanente, constituída por 17 deputados e 17 senadores, para exame das MPs, e que sua votação em plenário não mais se dê em sessão conjunta do Congresso, mas separadamente nas duas Casas.

Fogaça explicou que, com a ampliação do prazo, o Congresso terá mais possibilidades de examinar as MPs. Já a comissão terá a atribuição de apreciar a relevância, urgência e constitucionalidade dessas medidas.

O senador disse que, "não votada em 60 dias, a medida provisória será colocada em regime de urgência, na ordem do dia da Câmara ou do Senado, observando-se o critério de alternância simples".

Fogaça disse que a decisão de ACM de agilizar o processo legislativo e acabar com o excesso de MPs "é o sustentáculo e grande definição política para o Congresso". Essa disposição, a seu ver, "vai revolucionar as coisas no Legislativo".

"Governo deve ter a cara do Brasil"

O senador Antonio Carlos Magalhães disse ontem que não acredita na veracidade da declaração de que o governo teria "a cara do PMDB", atribuída por um parlamentar ao presidente Fernando Henrique Cardoso, e nem dá crédito ao próprio interlocutor do presidente que passou esta versão à imprensa. Antonio Carlos discordou também do conteúdo da suposta declaração.

- A cara do governo tem que ser a cara do Brasil. Se não for, está errado - afirmou.

Prosseguindo, o senador acrescentou: "O governo não pode ter a cara de um partido político, mesmo que seja o do presidente, ou seria um fenômeno teratológico: a cara de um, o corpo de outro, os braços de outro; e isso impediria até, amanhã, quem sabe, com o avanço da ciência, de se fazer um clone".



ACM recebe Zenildo Lucena e Geraldo Brindeiro

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem visitas de cortesia do ministro do Exército, Zenildo Lucena (acima), e do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. À saída, Brindeiro esclareceu, quanto à CPI dos Precatórios, que o Ministério Público está "acompanhando os trabalhos para uma avaliação posterior sobre a ocorrência de algum crime e os passos para apurar as responsabilidades".

Sintonize a TV Senado - canal 53 da NET em Brasília

Benedita crê que o Rio será finalista

Mobilização e entusiasmo da cidade, "sem comparação no mundo", são citados pela senadora como condições favoráveis para sediar os Jogos Olímpicos do ano de 2004

"Tenho certeza de que o Rio de Janeiro estará entre as finalistas", disse ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao desejar sorte à comissão brasileira que está em Laussane, na Suíça, onde o Comitê Olímpico Internacional anuncia hoje as quatro ou cinco cidades que continuarão na disputa para abrigar as Olimpíadas de 2004.

- Os Jogos Olímpicos não são somente um acontecimento esportivo. Onde quer que aconteçam, sempre deixam um saldo

positivo e de longo alcance social, econômico, cultural, político e, logicamente, esportivo. Além disso, considero inestimável a contribuição à nossa juventude. Estimulando-a a participar de práticas esportivas e socializantes, os Jogos serão um importante instrumento para afastar os jovens do mundo do crime e dos vícios - destacou a senadora.

Depois de lembrar que um milhão de pessoas foram à praia de Copacabana no último do-



Benedita: mobilização grandiosa mingo (dia 2) para "pedir aos céus" a escolha do Rio, Benedita da Silva afirmou que a cidade possui mobilização e entusiasmo "sem comparação no mundo".

- A beleza natural seria mais um componente no cenário das competições e isto pode se observar na gigantesca mobilização popular em Copacabana. Ninguém nunca viu no Rio de Janeiro, e também no país, uma mobilização tão grandiosa em prol de um evento esportivo - considerou.

Em aparte, Valmir Campelo (PTB-DF) disse que a luta pela realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro não é só dos cariocas, mas do Brasil inteiro.

Gilvam busca mais facilidade na adoção de criança



Gilvam

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse, em entrevista, que o projeto de lei de sua autoria que propõe a dispensa de advogado

em processos de adoção de crianças e adolescentes tem um significativo alcance social. Na hipótese de o projeto tornar-se lei, Gilvam espera que diminua o acúmulo de crianças em instituições públicas e de filantropia, à espera de um novo lar.

Ele esclareceu que o objetivo da medida é desburocratizar a adoção, por brasileiros ou estrangeiros, e evitar que as crianças fiquem aguardando de um a dois anos em instituições de menores, enquanto os interessados em adotá-las são obrigados a pagar de R\$ 7 mil a R\$ 10 mil ao advogado.

Gilvam é a favor de que o pedido para adoção seja encaminhado pelo próprio interessado. "De há muito o ordenamento brasileiro admite o pedido de prestação jurisdicional formulado diretamente pelo interessado, como é o caso do *habeas corpus* e das causas trabalhistas", explica o senador.

Rocha destaca agenda social de 2004

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) manifestou ontem seu apoio à candidatura do Rio de Janeiro para sede das Olimpíadas de 2004. Ele destacou a Agenda Social da Rio 2004, elaborado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que associa a possível realização dos Jogos Olímpicos naquela cidade à implementação de benefícios mais diretos para seus habitantes. O principal objetivo da agenda, segundo o senador, é a humanização da cidade, bem como da sua microrregião.

- O sucesso desse empreendimento não depende apenas do poder público. Dependendo, sobretudo, da iniciativa privada e do que ela tem a

oferecer em atendimento e comprometimento no campo social. Se a candidatura puder viabilizar essa importante conquista, o esforço não terá sido em vão - afirmou.

Rocha disse que a agenda elaborada por Betinho propõe educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes, casa ou abrigo para quem hoje mora nas ruas, alimentação adequada para todas as crianças, urbanização das favelas e sua integração à cidade.

Conforme o senador, o Rio possui todas as condições técnicas para "ganhar esse jogo". No entanto, assinalou, a capital fluminense precisa do apoio de todos os brasileiros e de todas as torcidas, "porque a cidade quer e merece ser a cidade



Sebastião Rocha

olímpica de 2004".

Sebastião Rocha também destacou a comemoração do Dia Internacional da Mulher, que transcorrerá amanhã. Ele destacou que as mulheres têm ampliado seus espaços em quase todos os setores da sociedade, principalmente nas empresas privadas, no setor público e no Parlamento. Em aparte, foi apoiado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Flaviano Melo lembra sucesso da Rio-92

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) afirmou que as dificuldades enfrentadas pelo Rio de Janeiro não eliminam a sua capacidade de promover eventos como as Olimpíadas, que a cidade deseja sediar em 2004. Ele disse que essa competência foi demonstrada quando da realização da Rio-92.

Depois de desejar "boa sorte" ao Rio na sua luta para trazer os Jogos Olímpicos para o país, Flaviano destacou requerimento do senador José Roberto Arruda



Flaviano Melo

(PSDB-DF), de voto de solidariedade do Senado à candidatura carioca.

Segundo Flaviano, os problemas do Rio apontados no relatório do Comitê Olímpico estão

mencionados no projeto da cidade para o evento, e poderão ser solucionados. Ele disse que o plano prevê investimentos para a organização dos jogos e para a solução de problemas como a poluição da Baía de Guanabara e a precariedade dos serviços de transporte e de telefonia.

- Some-se a isso o fato de que o próprio presidente da República tem garantido que os compromissos assumidos no projeto serão fielmente cumpridos - concluiu Flaviano.

Valmir pede prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal

Líder do PTB também destaca que as reformas estruturais propostas pelo governo devem ter seu debate acelerado no Congresso

O líder do PTB no Senado, Valmir Campelo (DF), defendeu ontem a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, o antigo Fundo Social de Emergência, criado em 1994. No seu entender, com a prorrogação do fundo até 1999 - sua vigência vai até junho deste ano - o Congresso Nacional dará um poderoso instrumento de controle do déficit fiscal, garantindo o programa de estabilização econômica.



Valmir Campelo

O Fundo de Estabilização Fiscal, conforme informou o senador, é constituído basicamente de 20% das receitas tributárias da União, já deduzidas as transferências aos estados e municípios, e da totalidade do imposto de renda retido na fonte dos servidores federais. Esse instrumento, segundo disse, tem como objetivo garantir uma certa liberdade ao governo na manipulação de recursos federais, desvinculando re-

ceitas de R\$ 10 bilhões.

A justificativa do governo, segundo Valmir Campelo, é de que, sem o fundo, programas prioritários nas áreas social e de infra-estrutura seriam sacrificados, além de determinar uma volta às medidas restritivas ao crédito.

Valmir argumentou ainda que as reformas estruturais propostas pelo governo criarão as condições para a redução de despesas e o equilíbrio nas contas públicas, devendo, portanto, ter seu debate acelerado no Congresso.

Quintanilha cobra o resultado de eleição em Gurupi

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) pediu ontem ao Poder Judiciário urgência no julgamento dos processos judiciais que estão impedindo a divulgação do resultado das eleições no município de Gurupi (TO), realizadas em 3 de outubro do ano passado. Segundo ele, a cidade está sem prefeito e Câmara de Vereadores desde o início do ano.



Quintanilha

Quintanilha informou que a batalha judicial colocou o processo eleitoral de Gurupi *sub judice* e, desde janeiro, o município está sendo administrado por um interventor. "Dos quase 6 mil municípios brasileiros, nos quais foram realizadas eleições, somente Gurupi ainda não conhece seu prefeito e nem seus vereadores."

O povo de Gurupi quer ver a rápida contagem dos votos - enfatizou.

Francelino homenageia Jaime Martins

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) lamentou ontem o falecimento do deputado estadual mineiro Jaime Martins, ocorrido na madrugada de anteontem (dia 5), devido a complicações respiratórias.

- Foi um pai de família e um homem de luta, que ajudou a construir a grandeza e dignidade de Minas Gerais - disse o senador.

Francelino Pereira ressaltou que, com o pronunciamento, prestava "uma pequena homenagem, uma palavra de solidariedade que gostaria de dar à família e aos filhos do deputado, e a todo o povo de Divinópolis".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se à manifestação de pesar.

Jonas quer consolidação de política agrícola

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou ontem que o governo precisa consolidar uma política agrícola de longo prazo, para que a pauta de exportações brasileiras seja respaldada por medidas de apoio que lhe garantam a disputa de mercados em condições de igualdade com os demais concorrentes.

Ele pediu ao governo que permita a participação dos agricultores na assinatura de acordos internacionais. A seu ver, o Brasil precisa defender uma posição firme e

inequívoca nas negociações que se realizam para a consolidação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), de forma a permitir que os países membros aceitem a eliminação de subsídios internos e às exportações de produtos agrícolas.

- Essa posição é fundamental para que os países integrantes desse novo tratado possam competir em igualdade de condições no acesso ao mercado -



Jonas Pinheiro

afirmou o senador, acrescentando que seria "extremamente danoso" para a agricultura brasileira se essa integração fosse discutida e implementada por etapas.

Jonas defendeu uma negociação em bloco de todos os itens do acordo com a Alca, inclusive a questão tarifária, uma vez que a maioria dos produtos agrícolas brasileiros já tem tarifas baixas no mercado internacional.

Bezerra denuncia ameaça de dumping

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) denunciou que o cartel norte-americano de exportação de barrilha, American Natural Soda Ash Corporation (Anzac), encomendou estudo a uma empresa de consultoria dos Estados Unidos com o objetivo de impedir que a Companhia Nacional de Alcalis (CNA) e a Alcalis do Rio



Bezerra

Grande do Norte (Alcanorte) dominem o comércio do produto no Brasil.

Para isto, disse Fernando Bezerra, o cartel pretende praticar *dumping*, adotando preços menores do que os preços reais que as companhias nacionais terão de adotar, por conta dos custos internos. O preço de custo da barrilha produzida no Brasil

será de US\$ 177 por tonelada, ao passo que a Anzac pretende colocar o produto a US\$ 166, informou.

Fernando Bezerra disse que ele e os senadores José Agripino Maia (PFL-RN) e Geraldo Melo (PSDB-RN), acompanhados do governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Filho, transmitiram a preocupação da bancada daquele estado ao presidente da República.

Comissão da Amazônia discute exploração de reserva florestal

Senadores recebem explicações do presidente do Ibama sobre as primeiras licitações para escolha de empresas, ainda este ano

O presidente do Ibama, Eduardo de Souza Martins, informou ontem aos senadores da comissão temporária criada para definir uma política para o desenvolvimento da Amazônia que em meados deste ano deverão estar prontas algumas propostas de edital para a exploração de reservas florestais pela iniciativa privada. Martins prestou vários esclarecimentos sobre os editais, a partir de perguntas do relator da comissão, senador Ademir Andrade (PSB-PA). A comissão



Martins (E) debateu ontem em comissão do Senado a exploração de florestas

é presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC). O relator quis saber a data da primeira concorrência para a exploração das reservas, e ouviu do presidente do Ibama que até as sugestões de edital

deverão ser submetidas ao setor privado, à classe política, aos estados e aos ambientalistas, para discussão. Ademir Andrade perguntou também sobre se, no edital de concorrência, haverá alguma cláusula obrigando a empresa que irá explorar a madeira a fazer a industrialização dessa madeira no Brasil. Martins respondeu que em algumas circunstâncias, quando a infraestrutura permitir, "a idéia é fazer com que a transformação da madeira ocorra próxima ou dentro da floresta nacional".

Também a partir de questões formuladas pelo relator, o presidente do Ibama destacou que, na licitação, não haverá restrição ao capital estrangeiro, e defendeu a necessidade de uma posição firme do Estado no sentido de disciplinar a entrada do capital da Malásia no Brasil. Martins garantiu a Ademir Andrade que não haverá restrição à ação dos parques madeireiros autônomos e disse não saber responder com precisão à pergunta do relator sobre como ficará, com a privatização da Vale do Rio Doce, o convênio com o Ibama que assegura a empresa a gestão de três reservas florestais.



Lúcio Alcântara

Ceará alcança sucesso em sua industrialização

A adoção de parcerias entre o governo cearense e empresas privadas no setor industrial tornou o Ceará o estado brasileiro que gerou mais empregos desde a implantação do Plano Real, segundo afirmação do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O senador disse que, desde 1994, há um saldo positivo de 13.710 contratações no Ceará, superando índices de estados importantes, como São Paulo e Rio de Janeiro, que, acentuadamente, demitiram mais que empregaram.

- A política de atração de investimentos do governo do estado, privilegiando a implantação de indústrias no interior, fez com que, somente de janeiro de 1995 até agora, fossem assinados protocolos de instalação de 129 indústrias, com investimentos de R\$ 2,2 bilhões, muitas das quais já em funcionamento - ressaltou.

Conforme Lúcio Alcântara, a indústria de transformação cearense gerou um fluxo de renda de R\$ 2,86 bilhões no ano passado, "o que superou em mais de quatro vezes as taxas de crescimento da indústria nacional". Esse desenvolvimento ocorreu principalmente em virtude do bom desempenho alcançado pelos setores de produtos alimentícios, têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, além do baixo custo da mão-de-obra e da proximidade dos mercados externos, que recebem a maior parte da produção da empresa.

O senador afirmou que "o exemplo vitorioso do Ceará no setor industrial deverá se estender à agricultura, pois várias medidas já estão em curso".

Senadores questionam sobre o melhor caminho

Durante o debate na comissão, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse que no estado do Amazonas 97% das florestas são preservadas, apesar de séculos de exploração, porque o aproveitamento da madeira é feito de maneira artesanal e com corte seletivo. Ele manifestou seu temor de que, com grandes projetos florestais, haja o desmatamento.

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) defendeu a necessidade de industrialização, geração do valor agregado para que a renda fique na região, e considerou que o governo e o Ibama "estão no caminho certo". Já o senador Flaviano Melo (PMDB-AC) disse que é preciso beneficiar o produto dentro do estado em

que foi explorado: "Minha angústia é conseguir que esses benefícios da exploração florestal cheguem para o homem que mora na floresta". O senador José Bianco (PFL-RO), por sua vez, sustentou a necessidade de financiamentos para as indústrias, "para que se possam gerar produtos agregados, sob pena de continuarmos com o ridículo valor, na origem, dessa madeira".

A comissão volta a reunir-se na próxima quinta-feira (dia 13). Por sugestão do relator, deverão ser convidados a depor os cientistas e especialistas que participaram, juntamente com o senador Darcy Ribeiro - falecido recentemente -, da formulação do projeto Caboco.

É crime privatizar a Vale, afirma Simon

Por que trocar o monopólio estatal do Brasil por um monopólio privado de uma empresa multinacional?, questiona o senador, que recebe manifestações de apoio

"É um crime. É uma vergonha." Assim o senador Pedro Simon (PMDB-RS) qualificou, em discurso, o anúncio do BNDES de que a Companhia Vale do Rio Doce será privatizada no mínimo por US\$ 10,3 bilhões, mas o governo só receberá US\$ 3 bilhões, como noticiaram os jornais de ontem.

- É ridículo o que eles estão fazendo: privatizar por US\$ 10 bilhões e receber apenas US\$ 3 bilhões. É um crime. É uma vergonha - assinalou.

Pedro Simon afirmou que concorda com o fim do monopólio da Vale, mas discorda da sua venda a um grupo estrangeiro. Para ele, a privatização não deveria incluir



Pedro Simon

as jazidas de minério que a estatal possui.

- Por que entregar tudo na mão de apenas um grupo que depois estará competindo com o Brasil? Por que trocar o monopólio estatal do Brasil por um monopólio privado de uma empresa multinacional? - questionou.

Conforme o senador gaúcho, a Vale é a única empresa bra-

sileira que tem condições de sentar à mesa com os maiores grupos do mundo em condições de igualdade ou até superioridade. "Depois de vender a Vale, qual empresa estatal brasileira estará em condições de enfrentar o mundo globalizado?", indagou.

AO VENTO

Em aparte ao pronunciamento de Pedro Simon, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que o orador lançava "palavras ao vento, porque o governo decidiu e não adianta nenhum raciocínio, nenhuma razão, nenhum motivo ponderável".

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) observou que a Vale "não é uma empresa qualquer e sim uma grande agên-

cia de desenvolvimento".

Edison Lobão (PFL-MA) leu trechos de uma entrevista do vice-presidente da Bolsa de Valores do Rio, Álvaro Barcellos, o qual afirma que o governo não deveria vender as reservas de minério da Vale, mas privatizar apenas as concessões para pesquisa.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o governo encontre uma forma alternativa à privatização, "quem sabe ampliar a associação da Vale com grupos privados".

Já o senador Roberto Freire (PPS-PE) destacou que o sub-solo não pertence à Vale, e sim à União. "A discussão deve se centrar na forma como se dará a privatização das concessões", frisou ele.

Ademir procura saber quem controlará reservas florestais

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou ontem que enviará aos ministros do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Gustavo Krause, e do Planejamento e Orçamento, Antônio Kandir, requerimento para saber "o que acontecerá com as reservas florestais pertencentes à União quando a Companhia Vale do Rio Doce for vendi-

da". Segundo ele, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Eduardo Martins, não soube responder à questão.

- A Vale é proprietária de 400 mil hectares no projeto Carajás, no Pará, e administra três reservas florestais, que correspondem a 1,1 mil hectares. Essas áreas foram griladas pela companhia, mas continuam pertencendo ao go-

verno do estado do Pará. As empresas compradoras da Vale serão as donas dessas terras? - indagou o senador.

No requerimento, Ademir Andrade também quer saber qual o nome e a área territorial de cada uma das reservas florestais administradas pela Vale, além de pedir o envio ao Senado dos convênios firmados entre o Ibama e a companhia.



Ademir Andrade

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, JÚNIA MARISE, JOSÉ FOGAÇA, EDUARDO SUP LICY E LEOMAR QUINTANILHA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento e Jane Araújo

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.